



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Base de Conhecimento

Auditoria Interna (CCI)

Descrição e Características do Processo:

A partir da publicação desta base de conhecimento, o Processo de Auditoria Interna (CCI) no âmbito do Município de Toledo passa a ser realizado exclusivamente por meio eletrônico, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

A auditoria é um exame independente, objetivo e sistemático de dada matéria, baseado em normas técnicas e profissionais, no qual uma condição é confrontada com determinado critério a fim de emitir uma opinião ou conclusão. Trata-se de um processo sistemático de obter e avaliar evidências para determinar se as informações ou as condições reais de um objeto estão de acordo com os critérios/normas aplicáveis.

Sua principal finalidade é verificar a legalidade dos atos administrativos e avaliar os resultados da gestão pública em termos de eficiência, eficácia e economicidade, abrangendo diversas áreas da administração.

Classificação de Assunto:

00.05.01 - Auditoria.

Níveis de Acesso Permitidos:

() Público;

(X) Restrito, sob hipótese legal:

a) Informação Pessoal (Art. 31 da Lei nº 12.527/2011);

b) Restrição de Acesso a Documento Preparatório (Art. 7º, §3º, da Lei nº 12.527/2011);

c) Sigilo Funcional - Restrito Unidade (Art. 26, §3º, da Lei nº 10.180/2001).

(X) Sigiloso, sob hipótese legal:

a) Informação Pessoal Sensível (Art. 31 da Lei nº 12.527/2011);

b) Sigilo Funcional - Restrito Usuário (Art. 26, §3º, da Lei nº 10.180/2001).

Atenção aos Níveis de Acesso dos Documentos

Sempre que for iniciado um **processo com nível de acesso sigiloso ou restrito**, os usuários do SEI devem observar que **todos os documentos inseridos nesse processo também devem respeitar o mesmo grau de sigilo**. A definição do nível de acesso dos documentos deve ser feita individualmente no momento da inclusão, **seguindo a lógica e a classificação do processo**.

O descuido com essa atribuição pode comprometer a confidencialidade das informações e contrariar dispositivos legais que asseguram o sigilo de determinadas matérias. Assim, reforça-se a **responsabilidade dos usuários** em classificar corretamente **cada documento conforme seu conteúdo e conforme o nível de acesso atribuído ao processo**.

Agentes do Processo:

- 1) Controladoria de Controle Interno - CCI;
- 2) Gabinete da Secretaria Auditada;
- 3) Unidade(s) Auditada(s);
- 4) Gabinete do Prefeito - GABPREF.

Fluxo do Processo ou Descrição das Etapas:

Conforme Anexo I - Fluxograma.

Condições e Pré-requisitos:

Demais condições e pré-requisitos para a tramitação deste processo podem ser consultados na legislação pertinente, disponível no item intitulado "Base Legal", constante desta base de conhecimento.

Documentos Necessários:

- 1) Termo de Abertura de Processo Eletrônico;
- 2) Matriz de Planejamento;
- 3) Matriz de Risco, quando cabível;
- 4) Comunicado de Fiscalização;
- 5) Ofício de Resposta indicando a unidade e o responsável por responder a auditoria;
- 6) Requisição de Documentos e Informações;
- 7) Ofício de Resposta expedido pela Unidade Auditada;
- 8) Manifestação de solicitação de informações e documentos faltantes, se necessário;
- 9) Comunicado de agendamento de visitas, entrevistas e demais ações, se necessário;
- 10) Despacho e/ou Manifestação de ciência no processo e confirmação de data para entrevistas e visitas, se necessário;
- 11) Matriz de Achados;
- 12) Relatório Preliminar de Auditoria;
- 13) Ata de Reunião;
- 14) Plano de Ação;
- 15) Relatório Final de Auditoria;
- 16) Relatório de Monitoramento;
- 17) Demais documentos internos e externos necessários à tramitação do processo.

Base Legal:

[Lei nº 1.960, de 18 de julho de 2007;](#)

[LEI Nº 2.344, de 15 de julho de 2021;](#)

[Manual de padrões de Fiscalização - 1ª Edição.](#)

Criado por [alisson.teixeira](#), versão 3 por [alisson.teixeira](#) em 18/06/2025 09:22:50.

Anexos:

[Fluxograma - Auditoria.svg](#)

1 AUDITORIA INTERNA

